

NOVA MUN (Model United Nations)

ESTATUTOS

Lisboa

2024

Estatutos - NOVA MUN (Model United Nations)

TÍTULO I - PRINCÍPIOS GERAIS

CAPÍTULO I - NATUREZA, SEDE E OBJETIVOS

ARTIGO 1.º

(Natureza e âmbito de aplicação)

1. O *NOVA Model United Nations* é um núcleo autónomo da Associação de Estudantes da NOVA School of Law.
2. O *NOVA Model United Nations* é um grupo constituído pelos estudantes da NOVA School of Law, com o intuito de envolver os estudantes da Universidade Nova de Lisboa na participação do *Model United Nations*, que promove iniciativas e metas da ONU e o apoio para a cooperação internacional
3. O *NOVA United Nations* é de natureza informativo-cultural e académica, sem fins lucrativos nem políticos.
4. Os presentes Estatutos destinam-se a regular o seu funcionamento e organização.

ARTIGO 2.º

(Sigla)

O Núcleo *NOVA Model United Nations* é simbolizado pelo acrónimo *NOVA MUN*.

ARTIGO 3.º

(Sede)

O *NOVA Model United Nations* não tem sede própria, pelo que se reunirá nas instalações disponibilizadas para o efeito.

ARTIGO 4.º
(Objetivos e fins)

1. São objetivos do *NOVA Model United Nations*, designadamente:

- a) Promover a compreensão das questões globais e dos processos de tomada de decisão da ONU baseado nos seus pilares fundamentais;
- b) Fomentar a educação em Relações Internacionais e Diplomacia;
- c) Incentivar o respeito pela diversidade de culturas e opiniões;
- d) Criar um ambiente construtivo para debater questões globais;
- e) Estimular o pensamento crítico e a resolução de problemas;
- f) Desenvolver habilidades de debate em Inglês, negociação, oratória, escrita, e *research skills*.
- g) Selecionar e treinar equipas estudantis da nossa faculdade para concorrer em MUNs internacionalmente;
- h) Fortalecer a base jurídica dos membros do MUN através da participação em eventos que contribuem para seu desenvolvimento profissional e intelectual.

2. Para a prossecução dos seus objetivos, o Núcleo deverá:

- a) Formar uma delegação para representar a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa em MUN's nacionais e internacionais.
- b) Organizar sessões de preparação e treino para os delegados selecionados.
- c) Promover ou participar em atividades como seminários, workshops, cursos, conferências e sessões de esclarecimento, abertas a todos os alunos.
- d) Estabelecer parcerias com associações nacionais e internacionais.

ARTIGO 5.º
(Autonomia)

A *NOVA MUN* possui autonomia administrativa e financeira em relação aos órgãos da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Nova Law SU) na elaboração das suas normas internas, na administração do respetivo património, na gestão do espaço próprio e na definição dos seus planos de atividade.

CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 6.º

(Princípio Democrático)

1. O *NOVA MUN* é um núcleo democrático, onde todos os seus membros têm o mesmo poder de voto sobre todas as deliberações e eleições dos órgãos sociais.
2. Qualquer pessoa tem o direito de participar nas atividades do *NOVA MUN*.

ARTIGO 7.º

(Princípio da Igualdade)

Nas suas relações e interações, os membros do *MUN* devem reger-se pela igualdade, não podendo algum ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

TÍTULO II - ESTRUTURA ORGÂNICA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I - A DIREÇÃO

ARTIGO 8.º

(Órgãos)

1. São órgãos do *NOVA MUN* a Presidência, os Departamentos, nomeadamente competições (*Head of Competitions*), marketing (*Head of Marketing*), seminários e conferências (*Head of*

Seminars and Conferences), recursos humanos (*Head of People and Logistics*), relações externas (*Head of External Relations*).

2. Os denominados órgãos são os que compõem a direção do núcleo, correspondendo ao exercício das competências executivas, eleito por maioria simples e compõem-se por um mínimo de oito membros.

ARTIGO 9.º

(Reuniões)

1. A Direção reúne, pelo menos quinzenalmente em sessão ordinária, em data a definir pela própria após tomada de posse.

2. Excecionalmente, pode a reunião ordinária ser marcada na reunião imediatamente antecedente, por motivo devidamente justificado, para outra data do mês;

3. A Direção reúne em sessão extraordinária:

- a) Por iniciativa do Presidente;
- b) A requerimento da maioria dos seus membros;
- c) A pedido do Conselho Fiscal sobre matérias da sua competência.

ARTIGO 10.º

(Quórum)

1. A Direção só está autorizada a reunir quando mais de metade dos seus membros estiverem presentes, e as suas decisões são tomadas por maioria simples.

2. O Presidente não tem voto de qualidade.

3. Após cada reunião, será elaborada uma ata correspondente, a qual será assinada por todos os participantes presentes e estará acessível aos demais membros mediante solicitação prévia.

ARTIGO 11.º

(Responsabilidade)

1. Cada membro da Direção é pessoalmente responsável, juntamente com os demais membros, pelas medidas adotadas e pelos atos praticados pela Direção, a menos que tenha expressado discordância na ata da reunião correspondente.

2. Caso o membro discordante esteja ausente, deverá registar os motivos da sua discordância na ata da primeira reunião à qual esteja presente.

ARTIGO 12.º
(Competências)

Compete à Direção:

- a) Zelar pelo cumprimento dos Estatutos;
- b) Prosseguir os fins do Núcleo enunciados no Artigo 4.º;
- c) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos do Núcleo tomadas dentro do objecto e fim desta;
- d) Considerar as sugestões feitas por qualquer membro, bem como tentar resolver os seus problemas ou dirigi-los para as entidades competentes;
- e) Administrar o património do Núcleo;
- f) Elaborar anualmente o Orçamento e o Plano de Actividades e dar o respectivo conhecimento a direcção da Nova Law SU;

SUBCAPÍTULO I - A PRESIDÊNCIA

ARTIGO 13.º
(Noção)

- 1. A Presidência é o órgão executivo do Núcleo e é eleita anualmente por maioria simples;
- 2. A Presidência é constituída pelo Presidente, pelo Secretário-Geral e pelo Tesoureiro, e por quantos colaboradores forem necessários à assistência à Presidência.

ARTIGO 14.º
(Responsabilidades)

- 1. A Presidência será responsável solidariamente perante o próprio Núcleo pela execução do mandato que lhes foi confiado, bem como para com os membros e para com terceiros, em caso de violação dos seus deveres dos Estatutos;
- 2. Estão isentos da responsabilidade solidária indicada no n.º 1:
 - a) Os que não tiverem estado presentes na sessão na qual foi tomada a resolução controvertida;
 - b) Os que tenham votado, expressamente, contra essa resolução.

3. A responsabilidade solidária a que se refere o n. 1 cessa quando apurada a responsabilidade individual ou logo que a Mesa sancione os mesmos atos ou resoluções.

ARTIGO 15.º

(Competências)

Compete à Presidência:

- a)** Fazer cumprir estes Estatutos;
- b)** Levar a cabo os fins e objetivos do Núcleo enunciados no artigo 3o do presente estatuto;
- c)** Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos dos Núcleo, desde que tomadas dentro do objeto e fim do mesmo;
- d)** Ouvir as considerações feitas por qualquer membro, bem como tentar resolver os problemas que estes possam vir a encontrar;
- e)** Fazer-se apresentar em todas as reuniões do Plenário.

ARTIGO 16.º

(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente:

- a)** Representar o núcleo dentro e fora da Faculdade;
- b)** Convocar e presidir as reuniões de Direção;
- c)** Executar e fazer executar as deliberações da Presidência;
- d)** Delegar funções nos membros da Direção;
- e)** Assinar os documentos que responsabilizem o Núcleo;
- f)** Elaborar anualmente o Plano de Atividades;
- g)** Escolher os seus colaboradores;
- h)** Elaborar o Relatório de Atividades;
- i)** Assinar todos os documentos expedidos em nome da Presidência e as Atas das reuniões;
- j)** Atuar, conforme lhe parecer conveniente, em casos imprevistos, dando conhecimento à Presidência na primeira reunião a realizar.

ARTIGO 17.º

(Renúncia do Presidente)

1. A Direção deve assegurar o exercício das atividades do Presidente até à tomada de posse da nova Direção, em caso de renúncia do Presidente.
2. Em caso de renúncia do Presidente, esta deve ser comunicada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Nova School of Law.

ARTIGO 18.º

(Competências do Secretário-Geral)

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar e guardar as Atas das reuniões da Presidência;
- b) Assegurar o expediente da Direção;
- c) Guardar os Livros das Atas, correspondências e demais documentos que digam respeito à Presidência, entregando tudo no fim do seu mandato a fim de dar entrada no arquivo.
- d) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções;
- e) Substituir o Presidente na falta de comparência.

ARTIGO 19.º

(Competências do Tesoureiro)

Compete ao Tesoureiro:

- a) Administrar os recursos financeiros do núcleo anualmente durante o seu mandato;
- b) Manter registos precisos de todas as transações financeiras do núcleo, incluindo entradas e saídas de dinheiro, e garante a conformidade com regulamentos financeiros;
- c) Dar conta aos restantes membros da Direção da situação económico-financeira do núcleo sempre que tal lhe seja solicitado;
- d) Encarregar-se de desenvolver estratégias para arrecadar fundos para financiar as atividades do núcleo, como organizar eventos de angariação de fundos, solicitar doações e procurar patrocínios;
- e) Entregar à Direção que lhe suceder todos os documentos e haveres do Núcleo, bem como o respectivo inventário, no acto de tomada de posse
- f) Examinar mensalmente as contas da Direção e verificar a sua regularidade, apondo o seu visto no respectivo balancete;

- g) Auxiliar o Presidente e o Secretário-Geral no exercício das suas funções.

ARTIGO 20.º

(Transferência da titularidade da conta bancária)

1. Aquando da cessação de funções e da consequente tomada de posse da nova Direção, os titulares da conta bancária do Núcleo têm a obrigação de transmitir essa titularidade para o Tesoureiro e para o Presidente do Conselho Fiscal eleitos para o novo mandato.
2. Para efeitos do número anterior, tem o Tesoureiro que cessar funções, o prazo de quinze dias úteis para tomar todas as diligências necessárias, incorrendo em responsabilidade civil, nos termos gerais, caso não o façam.

ARTIGO 21.º

(Competências dos Colaboradores da Presidência)

Compete aos colaboradores cooperar com os restantes membros da Presidência nas atividades do Núcleo; b) Ajudar na divulgação das atividades do núcleo.

Subcapítulo II - Departamentos

ARTIGO 22.º

(Noção)

1. Os Departamentos atuam como forma de apoio e colaboração para com a Presidência;
2. Os responsáveis de cada Departamento são eleitos anualmente por maioria simples;
3. Os Departamentos são constituídos pela *Head of People and Logistics* (Responsável de Recursos Humanos), pela *Head of Competitions* (Responsável de Competições), *Head of Seminars and Workshops* (Responsável de Seminários e Workshops), *Head of Marketing* (Responsável de Marketing), *Head of External Relations* (Responsável Relações Externas), e por quantos colaboradores forem necessários à assistência aos Departamentos.

ARTIGO 23.º

(Competências do *Head of People and Logistics*)

Compete ao *Head of People and Logistics*:

1. Recrutamento e seleção de novos membros a fazer parte do núcleo;
2. Manutenção de registros atualizados dos membros do núcleo;
3. Desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos relacionados ao bem-estar e desenvolvimento dos membros;
4. Mediação de conflitos internos e promoção de um ambiente colaborativo;
5. Colaboração com outros líderes do núcleo para garantir uma equipa coesa e eficaz;
6. Representação dos interesses e preocupações dos membros perante o órgão executivo do núcleo;
7. Assistência à Presidência e outros “*Heads*” de Departamentos em temas logísticos;
8. Promoção de uma cultura de inclusão, diversidade e respeito mútuo dentro do núcleo.

ARTIGO 24.º

(Competências do *Head of Competitions*)

Compete ao *Head of Competitions*:

1. Planejamento e organização de competições internas e externas, incluindo simulações de conferências da ONU e outros eventos relacionados;
2. Desenvolvimento de estratégias para o treinamento e preparação dos membros para competições;
3. Coordenação de sessões de treinamento prático, simulações e workshops para melhorar as habilidades dos membros em negociação e diplomacia, colaborando com a *Head de Seminars and Workshops*;
4. Avaliação e seleção de membros para representar o núcleo em competições externas.
5. Apoio na preparação de materiais e documentos necessários para as competições;
6. Avaliação do desempenho dos membros durante as competições e fornecimento de feedback construtivo;
7. Coordenação logística de equipas para participação em competições, incluindo inscrições, viagens e hospedagem;
8. Representação dos interesses e aspirações do núcleo em competições e conferências, procurando alcançar resultados positivos e reconhecimento.

ARTIGO 25.º

(Competências do *Head of Seminars and Workshops*)

Compete ao *Head of Seminars and Workshops*:

1. Planeamento, organização e execução de seminários, workshops e conferências relacionados aos temas abordados nas simulações da ONU, Diplomacia e Relações Internacionais;
2. Identificação de palestrantes, especialistas e profissionais para participar dos eventos promovidos pelo núcleo;
3. Coordenação logística de locais, equipamentos e materiais necessários para a realização dos seminários e conferências;
4. Desenvolvimento de programas e agendas para os eventos, garantindo uma variedade de tópicos relevantes e palestrantes diversificados;
5. Avaliação das necessidades e interesses dos membros do núcleo para oferecer eventos educacionais e informativos relevantes;
6. Monitoramento e avaliação do feedback dos participantes para melhorar a qualidade e a relevância dos futuros seminários e conferências;
7. Colaboração com outros departamentos do núcleo para integrar os eventos de seminários e conferências com as atividades regulares;
8. Representação do núcleo em eventos e conferências académicas relacionadas aos temas abordados nas simulações da ONU.

ARTIGO 26.º

(Competências do *Head of Marketing*)

Compete ao *Head of Marketing*:

1. Desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing para promover as atividades e eventos do núcleo;
2. Criação de materiais de marketing, como panfletos, cartazes, banners e posts em redes sociais, para divulgar as atividades do núcleo.
3. Gerenciamento das plataformas de redes sociais do núcleo, incluindo atualização regular de conteúdo e interação com seguidores.
4. Colaboração com outros membros da direção para construir uma forte identidade da marca e integrar as estratégias de marketing com as atividades planeadas;
5. Representação do núcleo em eventos externos, e outras oportunidades de networking para promover a marca e os objetivos do núcleo.

ARTIGO 27.º
(Competências do *Head of External Relations*)

Compete ao *Head of External Relations*:

1. Estabelecimento e manutenção de relações com outras organizações estudantis, instituições de ensino, patrocinadores externos, organizações não governamentais (ONGs) e entidades governamentais (ex: ONU);
2. Negociação de parcerias e colaborações com outras organizações para promover eventos conjuntos, participar em conferências e ampliar as oportunidades de *networking*;
3. Estabelecimento de parcerias com outras organizações estudantis, instituições de ensino e empresas para promover eventos conjuntos e aumentar a visibilidade do núcleo;
4. Desenvolvimento e manutenção de um banco de dados de contactos de parceiros potenciais e atuais, bem como de representantes de instituições e organizações com as quais o núcleo mantém relacionamento;
5. Coordenação de reuniões com representantes de organizações parceiras para discutir possíveis colaborações e projetos em conjunto;
6. Colaborar ativamente com outros membros da direção para construir uma identidade forte e consistente do núcleo, garantindo que a mensagem transmitida externamente seja alinhada com os valores e objetivos do grupo.

Artigo 28.º
(Pedido de Exoneração)

1. No caso de exoneração de algum membro da Direção, deve ser realizado um pedido dirigido ao Presidente que o submeterá à apreciação da Direção, sendo dado conhecimento ao Presidente da Associação de Estudantes da Nova School of Law.
2. A exoneração da maioria dos membros da Direção exige a criação de uma Comissão de Gestão eleita pela Assembleia Geral da Associação de Estudantes da Nova School of Law, que completará o mandato;
3. A comunicação de exoneração deverá ser feita com uma antecedência mínima de sete dias.

TÍTULO III - ELEIÇÕES

CAPÍTULO I - DAS CANDIDATURAS

ARTIGO 29.º

(Comissão Eleitoral)

1. A Comissão Eleitoral é composta pelo Presidente da Assembleia Geral da AE da NOVA School of Law;
2. A Comissão Eleitoral extingue-se com a tomada de posse dos órgãos eleitos.

ARTIGO 30.º

(Competência da Comissão Eleitoral)

Compete à Comissão Eleitoral:

- a) Julgar a elegibilidade, ou não elegibilidade dos candidatos;
- b) Fazer cumprir estatutariamente o processo eleitoral;
- c) Designar os membros das mesas de voto.

ARTIGO 31.º

(Regra Geral)

1. As candidaturas para os órgãos do Núcleo são apresentadas pelos próprios candidatos até 15 dias antes das eleições;
2. Cada candidato deverá apresentar candidatura para apenas um órgão, sendo incompatível apresentar candidaturas para a presidência e para os departamentos em simultâneo.

ARTIGO 32.º
(Capacidade Eleitoral Ativa)

1. Podem votar nas eleições para os órgãos da *NOVA MUN* todos os membros da direção em gestão que não estejam expressamente impedidos de o fazer.

ARTIGO 33.º
(Requisitos dos Candidatos)

São admitidos candidatos quaisquer alunos da Universidade Nova de Lisboa.

CAPÍTULO II - DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 34.º
(Mandatos)

1. Os mandatos referentes à iniciam-se no dia 15 de Outubro do ano corrente e têm a duração de 11 meses.
2. No mês intermédio entre o fim do mandato e a tomada de posse, a direção corrente estará a cumprir funções de gestão.

ARTIGO 35.º
(Marcação de eleições)

As eleições estaram marcadas para o dia 30 de Setembro de cada ano.

ARTIGO 36.º
(Sufrágio)

1. Os órgãos da NOVA MUN são eleitos anualmente por sufrágio universal, direto e secreto.
2. Cada membro tem direito a apenas um voto.

ARTIGO 37.º

(Votação)

A votação é realizada em sede de reunião dos membros do núcleo em data e hora previamente definidas e divulgadas.

ARTIGO 38.º

(Apuramento dos Votos)

1. Finalizado o período eleitoral, os membros das mesas de voto, perante a Comissão Eleitoral, procederão à contagem de votos;
2. Apurados os resultados, a Comissão Eleitoral proclamará a lista mais votada como vencedora;
3. Em caso de empate proceder-se-á a uma segunda volta no terceiro dia útil a seguir ao primeiro ato eleitoral.

ARTIGO 39.º

(Tomada de Posse)

1. A Comissão Eleitoral empossará os membros eleitos no dia 15 de Outubro, com o início do mandato.
2. A Presidência e a Mesa cessantes deverão entregar todos documentos do núcleo à Presidência e Mesa eleitas.

TÍTULO IV - Model United Nations

ARTIGO 40.º

(Noção Geral)

O *MUN* é uma conferência que proporciona a simulação de organismos das Nações Unidas em contexto académico.

ARTIGO 41.º

(Participação)

Qualquer aluno inscrito no ensino superior pode participar como delegado no *MUN*.

ARTIGO 42.º

(Procedimentos)

O *MUN* deve seguir as instruções e metodologias já utilizadas em procedimentos normais, constante nos regulamentos previstos.

ARTIGO 44.º

(Organização)

A organização do *MUN* deve ter a assistência de todos os restantes membros da direção.

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 45.º

(Incompatibilidades)

Nenhum candidato poderá acumular cargos em diferentes órgãos do Núcleo *Nova MUN*.

ARTIGO 46.º

(Destino dos Bens)

A duração do Núcleo Nova MUN é indeterminada, mas, nos casos em que ocorram circunstâncias que justifiquem a dissolução do Núcleo Nova MUN, o seu património permanecerá congelado, sob tutela da Associação de Estudantes da Nova School of Law. Esta tutela deverá ter duração de no mínimo um ano letivo e no máximo três anos letivos, graças à

possibilidade de reativação. Se as circunstâncias permanecerem, no fim do prazo, o património do Núcleo Nova MUN deverá ser revertido a favor da Associação de Estudantes da Nova School of Law.

ARTIGO 47.º

(Património)

1. Integra o património da *NOVA MUN* todo aquele registado no inventário , para além das receitas provenientes de serviços prestados ou de subsídios e patrocínios obtidos para as suas atividades.
2. O património da *NOVA MUN* destina-se exclusivamente ao uso dos seus membros, em pleno gozo dos seus direitos.
3. Após a tomada de posse de uma nova Direção, a Direção cessante deve fornecer todas as informações e recursos pertencentes aos novos órgãos eleitos do Núcleo, no prazo de quinze dias úteis.

ARTIGO 48.º

(Receitas)

Constituem receitas do Núcleo Nova MUN:

- a) As receitas provenientes dos participantes do MUN;
- b) Os subsídios, donativos e legados que lhe sejam atribuídos;
- c) Os juros de depósitos ou qualquer rendimento de aplicação financeira dos seus fundos;

ARTIGO 49.º

(Dissolução)

A maioria exigida para a dissolução do Lisbon School of Law MUN Society é de três quartos dos membros associados ordinários no pleno gozo dos seus direitos, reunidos em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

ARTIGO 50.º

(Alteração dos Estatutos)

A Assembleia Geral para alteração dos Estatutos deve ser convocada expressamente para esse fim, devendo as deliberações ser tomadas por maioria de $\frac{1}{4}$ dos associados presentes.

ARTIGO 51.º

(Aprovação dos Estatutos)

Os presentes Estatutos entram em vigor automaticamente, após aprovação na Assembleia Geral da Nova School of Law.